

2015

**DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS
CONSOLIDADOS DO PRIMEIRO
TRIMESTRE (1T15)**

1T15: 174,4 MILHÕES DE VEIC. EQ. PEDAGIADOS (-0,7%), REC. DE PEDÁGIO DE R\$ 600 MILHÕES (+4,1%), EBITDA DE R\$ 339 MILHÕES (+7,1%) E LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 56,7 MILHÕES

AGENDA DE DIVULGAÇÃO

TELECONFERÊNCIA



EM PORTUGUÊS

Sexta-feira (15/05/2015)
10:00 (São Paulo)
09:00 (US Eastern Time)
Tel.: +55 (11) 3193-1001
Código: ARTERIS
Replay: Entre 15/05 e 21/05
Fone: +55 (11) 3193-1012
Código: 1750575#

EM INGLÊS (Tradução Simultânea)

Sexta-feira (15/05/2015)
10:00 (São Paulo)
09:00 (US Eastern Time)
Tel.: +55 (11) 3193-1001
Código: ARTERIS
Replay: Entre 15/05 e 21/05
Fone: +55 (11) 3193-1012
Código: 1872085#

WEBCAST

O áudio da teleconferência será transmitido ao vivo pela internet através do link www.ccall.com.br/arteris/1t15.htm e ficará disponível no site da Companhia após o evento.

São Paulo, 14 de maio de 2015 – Arteris S.A. – (Novo Mercado da BM&FBovespa: ARTR3) anuncia seus resultados consolidados do 1T15, período encerrado em 31 de março de 2015. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em base consolidada e em Reais, de acordo com a Legislação Societária.

DESTAQUES 1T15

- Tráfego Pedagiado:** 174,4 milhões de veículos equivalentes registrados no 1T15, com retração de 0,7% na comparação com o 1T14. Em bases comparáveis, a queda foi de -4,1%.
- Receita de Pedágio:** Totalizou R\$ 599 milhões no trimestre com crescimento de 4,1%. Na comparação com o 1T14, as rodovias federais tiveram melhora de 9,6% enquanto as estaduais de 0,2%.
- EBITDA Ajustado:** Foi de R\$ 365,7 milhões (+3,1%) no trimestre com margem ajustada de 64,6%.
- Endividamento:** A dívida líquida totalizou R\$ 4,7 bilhões ao final do 1T15, com um aumento de 6,3% em relação ao 4T14. O grau de alavancagem, medido pela relação Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - Ônus Fixo (últ. 12 meses), ficou em 3,2x.
- Investimentos:** Desembolso de R\$ 427,5 milhões em ativos intangíveis e imobilizados e manutenção de rodovias no 1T15.
- Lucro Líquido:** Foi de R\$ 56,7 milhões no período. No 1T15, a Companhia modificou seu critério de depreciação dos ativos intangíveis o que ocasionou o aumento nas suas amortizações (+59,6%) afetando consequentemente o lucro líquido. Excluindo este efeito, o lucro líquido da Companhia teria sido de aproximadamente R\$ 76,2 milhões, com uma queda de 24,5% em relação ao 1T14.



BM&FBovespa: ARTR3
Bloomberg: ARTR3 BZ
Thomson Reuters: ARTR.BR

Atualização em 13/05/2015
Preço Fech.: R\$ 9,69 por ação
Valor de Mercado: R\$ 3,3 bilhões

Indicadores Financeiros	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
Veículos equivalentes (Mil)	174.440	190.048	175.596	-8,2%	-0,7%
Receita de pedágio (R\$ Mil)	599.007	639.226	575.235	-6,3%	4,1%
Receita líquida (R\$ Mil)	918.929	1.069.094	905.060	-14,0%	1,5%
EBITDA (R\$ Mil)	338.869	355.090	316.347	-4,6%	7,1%
EBITDA Ajustado (R\$ Mil) ¹	365.707	383.338	354.840	-4,6%	3,1%
Lucro líquido (R\$ Mil)	56.732	117.599	100.858	-51,8%	-43,8%
Margem EBITDA*	59,9%	60,0%	60,0%	-0,1 p.p.	-0,1 p.p.
Margem EBITDA ajustado*	64,6%	64,8%	67,3%	-0,1 p.p.	-2,7 p.p.
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	2.185.509	2.128.777	1.980.431	2,7%	10,4%
Ativos totais (R\$ Mil)	9.417.105	9.599.828	8.016.382	-1,9%	17,5%
Dívida bruta / Capitalização total ²	72,8%	74,0%	70,1%	-1,2 p.p.	2,8 p.p.
Dívida líquida	4.657.952	4.382.817	3.258.325	6,3%	43,0%
Dívida líquida / EBITDA ajustado excl. ônus fixo ³	3,2	3,1	2,4	0,1	0,8

¹ Considera ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias.

² Capitalização total = patrimônio líquido + dívida bruta

³ EBITDA Ajustado acumulado nos últimos 12 meses

* Margem EBITDA baseada na Receita Operacional Líquida, excluindo Receitas de Construção

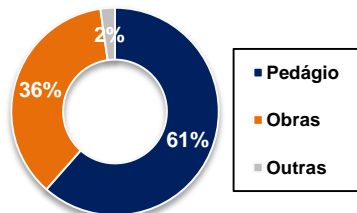
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS					
(Em milhares de reais)					
	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
RECETA OPERACIONAL BRUTA	974.041	1.126.059	966.719	-13,5%	0,8%
Receitas de pedágio	599.007	639.226	575.235	-6,3%	4,1%
Estaduais	333.985	370.307	333.330	-9,8%	0,2%
Autovias	81.392	89.118	80.621	-8,7%	1,0%
Centrovias	86.970	98.103	87.179	-11,3%	-0,2%
Intervias	90.839	99.796	91.138	-9,0%	-0,3%
Vianorte	74.784	83.290	74.392	-10,2%	0,5%
Federais	265.022	268.919	241.905	-1,4%	9,6%
Planalto Sul	28.283	29.056	27.545	-2,7%	2,7%
Fluminense	44.646	44.133	38.136	1,2%	17,1%
Fernão Dias	61.539	64.219	60.236	-4,2%	2,2%
Régis Bittencourt	70.803	69.594	66.322	1,7%	6,8%
Litoral Sul	59.751	61.917	49.666	-3,5%	20,3%
Outras receitas	21.993	9.753	13.793	125,5%	59,5%
Receitas de obras	353.041	477.080	377.691	-26,0%	-6,5%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(55.112)	(56.965)	(61.659)	-3,3%	-10,6%
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	918.929	1.069.094	905.060	-14,0%	1,5%
CUSTOS E DESPESAS	(580.060)	(714.005)	(588.713)	-18,8%	-1,5%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(154.551)	(157.492)	(126.475)	-1,9%	22,2%
Custo dos serv. de construção	(353.041)	(477.080)	(377.691)	-26,0%	-6,5%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(40.210)	(45.520)	(45.711)	-11,7%	-12,0%
Remuneração da administração	(5.671)	(6.440)	(5.251)	-11,9%	8,0%
Despesas tributárias	(854)	(1.120)	(1.008)	-23,8%	-15,3%
Provisão para manutenção em rodovias	(26.838)	(28.248)	(38.493)	-5,0%	-30,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.105	1.896	5.916	-41,7%	-81,3%
EBITDA	338.869	355.090	316.347	-4,6%	7,1%
Margem EBITDA*	59,9%	60,0%	60,0%		
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(124.126)	(98.926)	(77.773)	25,5%	59,6%
Depreciações e amortizações	(124.126)	(98.926)	(77.773)	25,5%	59,6%
RESULTADO FINANCEIRO	(121.720)	(79.692)	(83.752)	52,7%	45,3%
Receitas financeiras	47.383	41.297	24.043	14,7%	97,1%
Despesas financeiras	(169.042)	(120.199)	(107.789)	40,6%	56,8%
Variação cambial, liq.	(61)	(790)	(6)		
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	93.023	176.472	154.822	-47,3%	-39,9%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(36.291)	(58.873)	(53.964)	-38,4%	-32,7%
Corrente	(46.302)	(41.248)	(56.616)	12,3%	-18,2%
Diferido	10.011	(17.625)	2.652	-156,8%	277,5%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	56.732	117.599	100.858	-51,8%	-43,8%

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

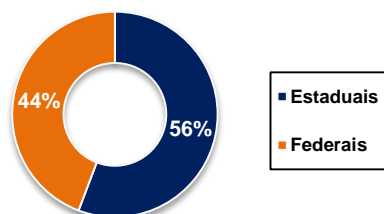
Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Bruta de Serviços

Composição da Receita Bruta
1T15



Composição da Receita de Pedágio
1T15



Neste primeiro trimestre de 2015, a Companhia registrou uma **receita bruta total** de **R\$ 974 milhões**, montante **0,8% superior** em relação ao registrado no mesmo período do ano passado.

As principais variações da receita foram as seguintes:

- ↑ **Crescimento** de **4,1%** nas **receitas de pedágio**, que foram de **R\$ 599 milhões**, mesmo levando-se em conta a retração registrada no total de veículos pedagiados, uma vez que o reajuste médio nas tarifas das rodovias federais foram superiores à inflação do período em função de aditivos e reequilíbrios contratuais;
- ↑ As **receitas com obras** registraram **queda** de **6,5%**, totalizando **R\$ 353 milhões**, mesmo com o aumento total dos investimentos da Companhia, em função da forma que são contabilizadas, conforme será detalhado neste relatório;
- ↑ E, as **“outras receitas”**, no total de **R\$ 22 milhões**, registram **alta** de **59,5%**, em função de receitas acessórias extraordinárias registradas na Autopista Fernão Dias.

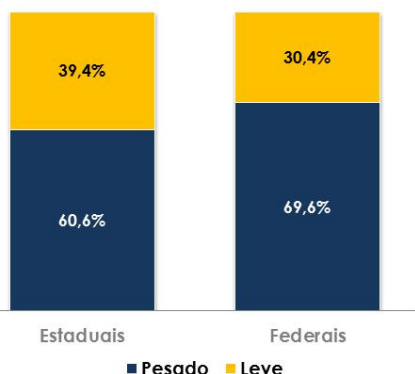
Receita de Pedágio

O aumento das receitas provenientes da cobrança de pedágio foi neste trimestre, exclusivamente, o **resultado do reajuste tarifário** concedido às rodovias do grupo, já que o tráfego de veículos equivalentes sofreu retração de 0,7%. No caso das **rodovias federais** o **reajuste médio foi de 8,4%**, percentual **acima da inflação** registrada, suportado por aumentos extraordinários de tarifas, como foi o caso, por exemplo, das Autopistas Régis Bittencourt (+11,1%), Autopista Fluminense (+8,8%) e Autopista Planalto Sul (+7,9%), que obtiveram aprovações pelo poder concedente de processos de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, principalmente em função de aditivos de novas obras.

Do **total das receitas de pedágio**, que foram de **R\$ 599 milhões** no 1T15 (**+4,1%**), as **rodovias estaduais** registram **crescimento** de **0,2%** com um montante de **R\$ 334 milhões** (56% do total), e as **rodovias federais**, em função dos aumentos tarifários, tiveram **melhora** de **9,6%**, contribuindo com **R\$ 265 milhões** (44% do total das receitas de pedágio).

Tráfego Pedagiado: O **volume total** de tráfego pedagiado da Companhia no **1T15**, foi de **174.440 mil veículos equivalentes**, ligeira **queda** de **0,7%** em relação ao 1T14.

Veículos Equivalentes (Mil)	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14	Bases
						Comparáveis 1T15/1T14
Estaduais	49.018	54.128	51.489	-9,4%	-4,8%	-4,8%
Autovias	11.352	12.412	11.847	-8,5%	-4,2%	-4,2%
Centrovias	13.287	14.935	14.182	-11,0%	-6,3%	-6,3%
Intervias	15.488	16.940	16.197	-8,6%	-4,4%	-4,4%
Vianorte	8.891	9.841	9.262	-9,7%	-4,0%	-4,0%
Federais	125.422	135.920	124.107	-7,7%	1,1%	-3,8%
Planalto Sul	6.894	7.572	7.245	-9,0%	-4,8%	-4,8%
Fluminense	12.225	12.974	11.359	-5,8%	7,6%	-3,2%
Fernão Dias	38.447	42.440	40.147	-9,4%	-4,2%	-4,2%
Régis Bittencourt	35.393	38.556	36.833	-8,2%	-3,9%	-3,9%
Litoral Sul	32.463	34.378	28.523	-5,6%	13,8%	-2,9%
Total	174.440	190.048	175.596	-8,2%	-0,7%	-4,1%

**Composição do Tráfego
(Veículos Equivalentes)
1T15**


Já em **bases comparáveis**⁽¹⁾, o tráfego pedagiado sofreu uma redução de **-4,1%** na comparação entre o 1T14 e o 1T15.

(1) Bases comparáveis ao ajustar os efeitos não recorrentes do fechamento das praças P1 e P2 na Autopista Fluminense (entre janeiro e fevereiro de 2014) e da abertura em junho de 2014 da Praça P5 na Autopista Litoral Sul

A queda generalizada observada no tráfego pedagiado em todas as concessionárias do grupo reflete um momento de retração econômica no país, uma vez que o volume de veículos que circulam pelas rodovias brasileiras está estreitamente ligado ao desempenho do PIB nacional. Adicionalmente, durante o primeiro trimestre de 2015, contribuiu para a piora destes indicadores, a greve dos caminhoneiros por quase 15 dias nas principais rodovias do Brasil, o que reduziu sobremaneira o total de veículos pesados, principalmente no mês de fevereiro.

Desde meados de 2014, tem se observado uma desaceleração no movimento de veículos em praticamente todas as rodovias do setor. A tendência que novamente se mostrou presente neste trimestre, foi a de uma forte queda no total de veículos pesados, enquanto os veículos leves ainda apresentaram números positivos, compensando parcialmente a retração dos pesados.

Importante mencionar que o 1T14, foi um dos mais fortes do ano passado, o que em parte prejudica a comparabilidade entre os períodos. Também nota-se que a retração consolidada do tráfego no 1T15, aparentemente será superior à possível queda do PIB do período, muito em função da paralisação dos caminhoneiros. É provável que o desempenho do tráfego venha a convergir ao longo do ano com as previsões do PIB para 2015, uma vez que historicamente sua elasticidade está relacionada a este indicador.

A **composição do tráfego pedagiado** (medida em veículos equivalentes) no 1T15 foi de **60,6%** de **veículos pesados** e **39,4%** de **veículos leves** nas **concessões estaduais**; e de **69,6%** de **veículos pesados** e **30,4%** de **veículos leves** nas **concessões federais**.

Tarifa Média: A **tarifa média consolidada** praticada pela Arteris em suas praças de pedágio no 1T15 foi de **R\$ 3,43**, representando um **incremento de 4,8%** em relação à tarifa média do 1T14.

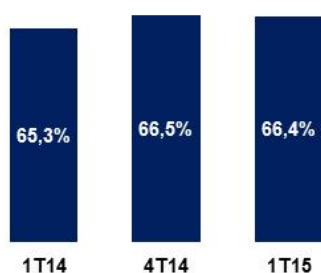
Segue tabela com a evolução consolidada comparativa da tarifa média para cada uma das concessionárias:

Tarifa Média (R\$ / Veic. Equiv.)	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
Estaduais	6,81	6,84	6,47	-0,4%	5,2%
Autovias	7,17	7,18	6,81	-0,1%	5,4%
Centrovias	6,55	6,57	6,15	-0,4%	6,5%
Intervias	5,87	5,89	5,63	-0,4%	4,2%
Vianorte	8,41	8,46	8,03	-0,6%	4,7%
Federais	2,11	1,98	1,95	6,8%	8,4%
Planalto Sul	4,10	3,84	3,80	6,9%	7,9%
Fluminense	3,65	3,40	3,36	7,4%	8,8%
Fernão Dias	1,60	1,51	1,50	5,8%	6,7%
Régis Bittencourt	2,00	1,81	1,80	10,8%	11,1%
Litoral Sul	1,84	1,80	1,74	2,2%	5,7%
Total	3,43	3,36	3,28	2,1%	4,8%

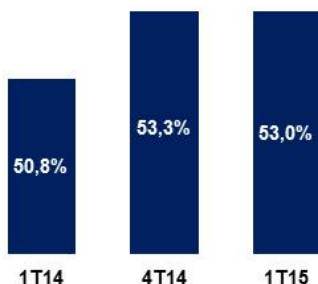
Em julho de 2014, as **rodovias estaduais** foram autorizadas a reajustarem suas tarifas de acordo com a inflação do período descontados os ajustes específicos de cada concessionária em função da receita auferida pela cobrança do eixo suspenso que fosse superior ao índice de inflação de 2013 que não foi repassado naquele ano. Em **média**, as tarifas das concessões estaduais tiveram um **aumento de 5,2%** na comparação com o 1T14, ficando em **R\$ 6,81** por praça de pedágio e eixo equivalente. A Centrovias registrou um aumento superior às demais (+6,5%) em função de medida liminar concedida em setembro de 2014 pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, ao pedido da concessionária que contestou a metodologia de ajustes de tarifas baseada na cobrança de eixos suspensos.

Em relação às tarifas das **concessões federais**, conforme já comentado, o reajuste médio (**+8,4%**, ficando em **R\$ 2,11**) foi superior à inflação aplicada às tarifas (variação acumulada do IPCA) em função de processos de reequilíbrios econômico-financeiros dos contratos.

AVI Estaduais



AVI Federais



Ao final de 2014 e início de 2015, a ANTT autorizou a Companhia a incluir no cálculo das tarifas que entraram em vigor a partir dos últimos dias de 2014 e para todo o ano de 2015, **incrementos adicionais ao repasse integral da inflação** de forma a **remunerar investimentos adicionais (aditivos)** para a melhoria/readequação da infraestrutura das rodovias federais a serem realizados ao longo dos próximos anos.

São exemplos destes ajustes adicionais, baseados na metodologia do fluxo de caixa marginal com taxas internas de retorno (TIR) pré-definidas sem risco de tráfego, as novas tarifas praticadas pela **Autopista Régis Bittencourt** (inclusão no contrato de concessão de complemento de R\$ 395 milhões para a realização das obras de duplicação da Serra do Cafezal); **Autopista Fluminense** (inclusão de diversas obras de melhoria na rodovia); **Autopista Fernão Dias** (pedido de reequilíbrio para cobertura de investimentos adicionais na construção da praça de pedágio de Mairiporã).

Meios Eletrônicos: No 1T15, a receita com cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessionárias estaduais representou 66,4% da arrecadação, contra 65,3% no 1T14. Nas concessionárias federais, o percentual médio da receita com cobrança eletrônica foi de 53,0% no 1T15 contra 50,8% no 1T14.

Receita de Obras

No 1T15, as **receitas com obras**, foram de **R\$ 353 milhões**, montante sem efeito caixa que representa os investimentos em melhorias em ativos intangíveis. Apesar do maior volume de obras realizadas pela companhia neste trimestre em relação ao 1T14, esta rubrica registrou **redução de 6,5%**. Isto se explica porque parte do aumento nos investimentos está relacionado às obras de manutenção que não interferem na apuração desta linha e; houve um aumento relacionado aos investimentos no intangível, mas sob a perspectiva do regime de caixa sendo que sob o prisma do regime de competência, que é o utilizado para o registro destes custos, houve uma redução entre os períodos.

Outras Receitas

As **outras receitas** são compostas exclusivamente de **receitas acessórias** oriundas da exploração/comercialização de serviços na faixa de domínio das rodovias concessionadas.

Estas receitas foram de **R\$ 21,9 milhões** no 1T15, registrando um **aumento excepcional de 59,5%** na comparação com o mesmo período de 2014. Esta variação atípica, está relacionada à Autopista Fernão Dias, que reconheceu em seus resultados a cobrança retroativa (desde 2008 a 2014) de aproximadamente R\$ 13,5 milhões pelo uso da faixa de domínio por uma empresa de fibra ótica que até então efetuava os respectivos pagamentos ao poder concedente e não à concessionária.

Receita Líquida de Serviços e Deduções da Receita

A Companhia totalizou R\$ 918,9 milhões de receita líquida no 1T15, com crescimento de 1,5% em relação ao 1T14. Neste trimestre contribuíram para a melhora os resultados provenientes do aumento das receitas de pedágio e receitas acessórias (“outras receitas”).

Em relação às **deduções da receita**, compostas por tributos como PIS, COFINS e ISS, estas foram de **R\$ 55,1 milhões** no trimestre **(-10,6%)**. A queda está relacionada a uma mudança no critério contábil da companhia, uma vez que até o 2T14, faziam parte das outras receitas (com suas respectivas deduções) as receitas de conservação e pavimentação de rodovias realizadas pelas construtoras do grupo.

Custos e Despesas

O total de **custos e despesas** da Arteris durante o 1T15 foi de **R\$ 704,2 milhões**, montante 5,7% superior ao mesmo período do ano passado. Neste trimestre, destaca-se **o efeito do aumento das amortizações e depreciações (+59,6% ou R\$ 46,3 milhões)** em função de uma **mudança no critério contábil** realizado pela Companhia — conforme será detalhado a seguir. Já em relação ao 4T14, o total de custos e despesas registrou um recuo de 13,4%.

Do total geral dos custos e despesas, 28,4% ou **R\$ 200,2 milhões** tiveram **efeito caixa**, com um incremento de 16% na comparação com o 1T14. Praticamente todas as linhas que compõem os custos caixa tiveram variações abaixo da inflação do período, com exceção daquelas relacionadas a consumo e transportes que sofreram os recentes repasses extraordinários realizados pelo governo federal nos preços do custo da energia elétrica e combustível. Com relação aos “outros custos” estes são influenciados pelo resultado de operação das construtoras do grupo. Quanto à variação dos custos caixas do 1T15 na comparação com o 4T14, estes obtiveram redução de 4,1% entre os períodos.

É importante mencionar que de forma a parametrizar o resultado da Arteris a alguns dos critérios adotados por seu acionista controlador, no 2T14 a Companhia realizou ajustes/reclassificações “entre linhas” na composição de seus custos e despesas e também na linha “Outras Receitas”. Estas reclassificações referem-se ao tratamento dado às construtoras do grupo, Latina Manutenção e Latina Sinalização, em relação ao processo de consolidação das demonstrações financeiras e apesar de não alterarem os resultados da Companhia (EBITDA e Lucro), afetam a comparabilidade dos custos caixa entre o 1T15 e o 1T14 (período anterior às mudanças).

Desta forma, no 1T14, diversos custos e deduções de “Outras Receitas” relacionados às construtoras não estavam classificadas como “Outras Despesas Operacionais”. Neste sentido, em bases comparáveis, realizando o ajuste retroativo na linha de “Outras Despesas Operacionais” — em função do resultado operacional reclassificado das construtoras — esta linha teria apresentado um crescimento de R\$ 9,8 milhões em relação ao 1T14 (diferentemente de R\$ 17,2 milhões) e os custos caixa da Companhia teria crescido 13,8% (e não 16%). Vale destacar também que se excluíssemos os resultados das Construtoras, o crescimento dos custos caixa da Companhia teria sido de 9,6%.

Custos e Despesas Operacionais (R\$ Mil)	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14	Var. Nominal 1T15/1T14
Serviços de terceiros	(48.363)	(69.331)	(50.012)	-30,2%	-3,3%	(1.649)
Pessoal	(57.311)	(58.123)	(56.647)	-1,4%	1,2%	664
Conservação	(30.372)	(20.839)	(26.460)	45,7%	14,8%	3.912
Verba de fiscalização	(10.242)	(9.743)	(9.613)	5,1%	6,5%	629
Custos com Poder Concedente	(5.364)	(5.955)	(5.317)	-9,9%	0,9%	47
Seguros e garantias	(6.401)	(6.300)	(6.465)	1,6%	-1,0%	(64)
Remuneração da administração	(5.671)	(6.440)	(5.251)	-11,9%	8,0%	420
Consumo	(12.038)	(16.208)	(7.733)	-25,7%	55,7%	4.305
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	(1.043)	(8.302)	(1.072)	-87,4%	-2,7%	(29)
Despesas tributárias	(854)	(1.120)	(1.008)	-23,8%	-15,3%	(154)
Transportes	(10.454)	(9.990)	(8.129)	4,6%	28,6%	2.325
Outras despesas operacionais, liq.	(12.068)	3.674	5.178	-428,5%	-333,1%	17.246
Subtotal (Custo Caixa)	(200.181)	(208.677)	(172.529)	-4,1%	16,0%	27.652
% Custo Caixa / Receita Líquida (ex-construção)	35,4%	35,2%	32,7%	0,1 p.p.	2,7 p.p.	2,7 p.p.
Custo dos serviços de construção	(353.041)	(477.080)	(377.691)	-26,0%	-6,5%	(24.650)
Provisão p/ manutenção em rodovias	(26.838)	(28.248)	(38.493)	-5,0%	-30,3%	(11.655)
Depreciação e Amortização	(124.126)	(98.926)	(77.773)	25,5%	59,6%	46.353
Total	(704.186)	(812.931)	(666.486)	-13,4%	5,7%	37.700

Entre as **principais variações** dos **custos caixa** em relação ao 1T14 destaca-se:

- **Custos com serviços de terceiros:** Mesmo tendo reajustado seus contratos pela inflação e ampliado o escopo da operação das rodovias — com um maior número de atendimentos mecânicos e médico-hospitalares aos usuários e a operação de radares — os custos com serviços de terceiros sofreram uma retração de 3,3% relação ao 1T14, ficando em R\$ 48,4 milhões no trimestre. Isto foi possível pelos efeitos do programa de eficiência em curso no grupo que, principalmente através dos processos de leilões eletrônicos, conseguiu renegociar/renovar contratos em condições mais favoráveis à Arteris. Também dentro do plano de eficiência, a Companhia internalizou ao final de 2014 arrecadadores terceirizados da Autovias e integrou diversos serviços prestados nas concessões estaduais.
- **Custos com pessoal:** Foram de R\$ 57,3 milhões e também registrou em relação ao 1T14 uma variação abaixo da inflação. O aumento de 1,2% está relacionado principalmente à internalização das funções de arrecadação na Autovias que anteriormente eram terceirizadas e a finalização de alguns ajustes relacionados à reestruturação da estrutura da holding. Os impactos do dissídio coletivo ainda não se mostram tão relevantes uma vez que os reajustes salariais dar-se-ão ao longo do 2T15.
- **Conservação:** Trata-se de um custo variável em função da necessidade de intervenções de reparos pontuais no pavimento e infraestrutura das rodovias. No 1T15, estes custos foram de R\$ 30,4 milhões, tendo crescido R\$ 3,9 milhões na comparação com o 1T14, em virtude de um volume maior de intervenções no período e alguns reajustes nos contratos de atividades de conserva, como por exemplo, os serviços de roçada de vegetação ao longo da rodovia.
- **Verba de Fiscalização:** Corresponde aos valores pagos pelas rodovias federais ao poder concedente (ANTT) e são reajustados anualmente pelo IPCA. Neste sentido, registraram um aumento de 6,5% em relação ao mesmo período do ano passado totalizando R\$ 5,4 milhões no trimestre.
- **Custos com o poder concedente:** Foram de R\$ 5,4 milhões no 1T15 e referem-se aos repasses das concessões estaduais ao poder concedente do Estado de São Paulo (ARTESP) correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio destas rodovias.

- ☛ **Seguros e Garantias:** Mesmo tendo revisado ao longo do segundo semestre de 2014 sua política de riscos, com a ampliação do escopo e cobertura de suas apólices de seguros, a Companhia, por outro lado, tem dedicado esforços na renegociação dos valores contratuais — seguros de riscos de engenharia, riscos de frota e seguro-garantia — o que permitiu neste trimestre uma redução de 1% desta rubrica, que totalizou R\$ 6,4 milhões.
- ☛ **Remuneração da Administração:** Obteve variação de 8% em relação ao 1T14, ligada essencialmente aos reajustes salariais por dissídio entre os períodos. O valor que foi de R\$ 5,7 milhões no trimestre, registrou queda de 11,9% em relação ao 4T14, uma vez naquele trimestre foram contabilizadas verbas rescisórias de alguns diretores que deixaram o grupo como parte do processo de reorganização da estrutura organizacional da Companhia.
- ☛ **Consumo:** Compõem esta linha gastos com telefonia, iluminação e energia elétrica das unidades de negócio, praças de pedágios e trechos de rodovias, material de consumo administrativo (como material de escritório), material de sinalização (como cones, faixas utilizados em operações especiais) e materiais para uso em campanhas de trânsito (panfletos e publicações), estes últimos utilizados principalmente em feriados e datas específicas. O total destas despesas foi de R\$ 12 milhões no 1T15, sendo que o aumento em relação ao 1T14 (+55,7%) está relacionado principalmente ao repasse tarifário bem acima da inflação implementado pelo governo nas tarifas de energia elétrica no final de 2014 e, às campanhas de conscientização e sinalização de tráfego advindas de operações especiais durante o período do carnaval. Por outro lado, a redução registrada na comparação com o 4T14, está relacionada à renegociação de alguns contratos de telefonia (serviços de 0800) e a programas de eficiência energética com a substituição, em diversas localidades, de lâmpadas à base de sódio por versões mais econômicas de LED.
- ☛ **Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais:** Registrou uma pequena redução de 2,7% em relação ao 1T14 totalizando R\$ 1 milhão neste trimestre. Os valores contabilizados estão relacionados à expectativa de perda provável dos processos em que a Arteris e suas controladas são parte.
- ☛ **Transportes:** Esta rubrica contempla os gastos com combustíveis, aluguel e manutenção de frota de veículos leves (inspeção de tráfego, veículos administrativos e veículos de resgate próprios) e pesados (guinchos, caminhões pipa e combate a incêndio, apreensão de animais entre outros) de todas as concessionárias do grupo. No 1T15, estes custos caixa foram de R\$ 10,4 milhões, com um aumento de 28,6% em relação ao 1T14. Da mesma forma que os efeitos sentidos no custo com energia elétrica, a alta dos preços dos combustíveis autorizada pelo governo impactaram negativamente esta linha dos resultados. Também influenciou a variação destes custos o aumento da frota da Companhia para atender níveis de serviços exigidos pelos contratos de concessão.
- ☛ **Outras despesas operacionais:** Referem-se ao resultado dos serviços de obras das construtoras do grupo, prestados exclusivamente para a Arteris, além de outros itens relacionados à operação das concessionárias da Companhia. O resultado das construtoras do grupo compõe o total de “outras despesas operacionais” e é de caráter variável, dependendo do volume de obras contratadas pelas concessionárias da Arteris em detrimento às construtoras terceirizadas. As outras despesas passaram de um valor positivo de R\$ 5,2 milhões no 1T14, para um valor negativo de R\$ 12,1 milhões neste trimestre.

Em relação aos “custos não caixa” destaca-se:

- ✚ **Custos dos serviços de construção:** Da mesma forma e no mesmo valor das receitas de obras, estão relacionados à representação contábil dos investimentos da Companhia em ativos intangíveis — em sua quase totalidade direcionados a melhorias da infraestrutura das rodovias federais. Estes custos foram de R\$ 353 milhões no 1T15 (-6,5% em relação ao 1T14) e apesar do maior volume de investimentos entre os períodos (na perspectiva do regime de caixa), houve uma retração no comparativo dos investimentos sob o prisma do regime de competência, que é o utilizado para o registro destes custos.
- ✚ **Provisões para manutenção:** Referem-se à constituição de reservas relacionadas a desembolsos futuros para obras de manutenção e renovação de pavimentos nas rodovias sob concessão. A Companhia ajusta trimestralmente os montantes provisionados na medida em que revê e atualiza as expectativas em relação ao momento e aos valores que serão desembolsados. Dado o que já havia sido provisionado em trimestres anteriores, o valor constituído neste trimestre foi de R\$ 26,8 milhões frente aos R\$ 38,5 milhões provisionados no 1T14.
- ✚ **Depreciações e amortizações:** Relacionam-se à adoção de regras do IFRS que determinam a amortização por completo de ativos intangíveis até o final do período de concessão.

Mudança de prática contábil

Em 2015 a sociedade alterou o critério adotado de amortização dos seus ativos intangíveis, que até então era realizado pelo método de curva de tráfego, passando agora a adotar o método linear.

A Companhia entende não ser possível determinar com precisão o padrão de consumo futuro dos ativos relacionando-os diretamente à curva de tráfego e suportada pelas orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis N° 5 (CPC 05) acredita que a mudança deste critério contábil (adoção da amortização linear), reflete de maneira mais realística os efeitos dos desgastes dos seus ativos intangíveis.

Desta forma, a mudança contábil em referência, foi o que ocasionou o aumento de 59,6% no total das amortizações e depreciações em relação ao 1T14, totalizando R\$ 124,1 milhões no 1T15.

EBITDA e EBITDA Ajustado

O **EBITDA** da Arteris ao final do 1T15 totalizou **R\$ 338,9 milhões**, apresentando um **crescimento** de **7,1%** em relação ao mesmo período de 2014. Quanto ao **EBITDA ajustado** pela provisão para manutenção de rodovias, que não tem “efeito caixa”, este registrou **crescimento** de **3,1%**, com um total de **R\$ 365,7 milhões**.

Em relação às margens, o percentual se manteve estável em 60% em relação à margem EBITDA* do 1T14 e apresentou queda de 2,7 p.p. na margem EBITDA ajustada* que foi de 64,6% neste 1T15, ambas impactadas principalmente pelas variações na linha de outras despesas operacionais, sendo que em relação a esta última, a queda também tem relação com o diferencial do montante de provisões para manutenção entre os períodos (variação de 30,3%).

Quanto às outras despesas operacionais que impactaram o resultado, vale reforçar que faz parte desta rubrica o resultado de operação das construtoras do grupo, as quais passaram de um EBITDA de R\$ 6,4 milhões no 1T14, para um EBITDA negativo de R\$ 0,4 milhão no 1T15.

(Em milhares de reais)	EBITDA				
	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	918.929	1.069.094	905.060	-14,0%	1,5%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(580.060)	(714.005)	(588.713)	-18,8%	-1,5%
EBITDA ¹	338.869	355.090	316.347	-4,6%	7,1%
Margem EBITDA*	59,9%	60,0%	60,0%	-0,1 p.p.	-0,1 p.p.
(+) Provisão para manutenção de rodovias	26.838	28.248	38.493	-5,0%	-30,3%
EBITDA Ajustado ²	365.707	383.338	354.840	-4,6%	3,1%
Margem EBITDA Ajustada*	64,6%	64,8%	67,3%	-0,1 p.p.	-2,7 p.p.

* A Margem EBITDA e margem EBITDA ajustada, considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01).

É importante mencionar em relação ao EBITDA consolidado da Arteris, que o mesmo é composto não só pelo resultado das suas concessionárias estaduais e federais, uma vez que carrega também a estrutura da *holding* da Companhia e suas empresas construtoras.

Neste sentido, para uma melhor análise do **resultado operacional** da Companhia, apresentamos a **abertura** do **EBITDA Ajustado**, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Ebitda Ajustado (R\$ Mil)	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
Ebitda Ajustado - Consolidado	365.707	383.338	354.840	-4,6%	3,1%
Estaduais	242.460	268.434	251.034	-9,7%	-3,4%
Federais	125.829	116.318	102.594	8,2%	22,6%
Holding	(2.153)	557	(5.173)	-486,5%	-58,4%
Construtoras	(429)	(1.971)	6.384	-78,2%	-106,7%

Segue abaixo tabela com o cálculo do EBITDA e EBITDA Ajustado das empresas da Arteris para o 1T15:

Sociedades do Grupo (R\$ Mil)	Receita Líquida			Custos e Despesas ¹			EBITDA	Provisão para Manut. de Rodovias	EBITDA Ajustado	Margem EBITDA Ajustada*
	Receita de Serviços (A)	Receita de Obras (B)	Total (A + B)	Custos dos Serv. Prestados (A)	Custos dos Serv. de Construção (B)	Total (A + B)				
Autovias	74.883	7.297	82.180	(23.997)	(7.297)	(31.294)	50.886	(8.043)	58.929	78,7%
Centrovias	80.000	5.798	85.798	(20.065)	(5.798)	(25.863)	59.935	(4.456)	64.391	80,5%
Intervias	84.053	14.362	98.415	(26.186)	(14.362)	(40.548)	57.867	(7.169)	65.036	77,4%
Vianorte	68.649	3.368	72.017	(18.640)	(3.368)	(22.008)	50.009	(4.095)	54.104	78,8%
Estaduais	307.585	30.825	338.410	(88.888)	(30.825)	(119.713)	218.697	(23.763)	242.460	78,8%
Planalto Sul	25.870	44.738	70.608	(15.830)	(44.738)	(60.568)	10.040	199	9.841	38,0%
Fluminense	40.825	71.151	111.976	(20.879)	(71.151)	(92.030)	19.946	37	19.909	48,8%
Fernão Dias	70.883	44.879	115.762	(35.913)	(44.879)	(80.792)	34.970	(583)	35.553	50,2%
Régis Bittencourt	64.548	99.424	163.972	(31.235)	(99.424)	(130.659)	33.313	283	33.030	51,2%
Litoral Sul	56.177	62.024	118.201	(31.692)	(62.024)	(93.716)	24.485	(3.011)	27.496	48,9%
Federais	258.303	322.216	580.519	(135.549)	(322.216)	(457.765)	122.754	(3.075)	125.829	48,7%
Total Concessionárias	565.888	353.041	918.929	(224.437)	(353.041)	(577.478)	341.451	(26.838)	368.289	65,1%
Arteris Holding	0	0	0	(2.153)	0	(2.153)	(2.153)		(2.153)	
Construtoras	0	83.949	83.949	0	(84.378)	(84.378)	(429)		(429)	
Outras sociedades e eliminações p/ consolidação		(83.949)	(83.949)	(429)	84.378	83.949	0		0	
Total	565.888	353.041	918.929	(227.019)	(353.041)	(580.060)	338.869	(26.838)	365.707	64,6%

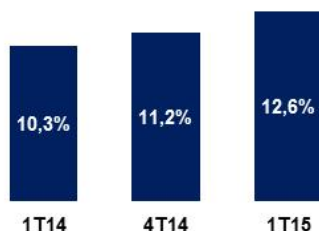
¹ Exclui Depreciação e Amortização

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

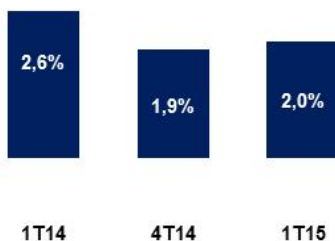
Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
Receitas Financeiras	47.383	41.297	24.043	14,7%	97,1%
Juros Ativos	1.088	2.431	414	-55,2%	162,8%
Aplicações Financeiras	41.170	38.790	23.474	6,1%	75,4%
Encargos Financeiros - Reversão de Ajuste a Valor Presente	3.677	0	2	-	183750,0%
Outras Receitas	1.448	76	153	1805,3%	846,4%
Despesas Financeiras	(169.042)	(120.199)	(107.789)	40,6%	56,8%
Encargos Financeiros	(137.407)	(104.304)	(79.146)	31,7%	73,6%
Atualização do Ônus da Concessão	(6.037)	(6.377)	(8.970)	-5,3%	-32,7%
Encargos Financeiros - Reversão de Ajuste a Valor Presente	(20.279)	(6.799)	(9.462)	198,3%	114,3%
Outras Despesas	(5.319)	(2.719)	(10.211)	95,6%	-47,9%
Variação Cambial, liq.	(61)	(790)	(6)	-92,3%	916,7%
Resultado Financeiro	(121.720)	(79.692)	(83.752)	52,7%	45,3%

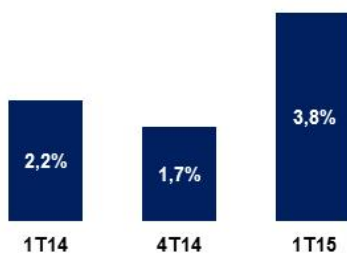
Taxa DI (média trimestral)



IGP-M (trimestral)



IPCA (trimestral)



A Companhia apresentou uma **variação** de **52,7%** em seu **resultado financeiro** líquido que passou de um montante negativo de R\$ 79,7 milhões no 4T14, para os atuais **R\$ 121,7 milhões negativos**.

Sendo que:

- As **receitas financeiras** obtiveram **melhora** de 14,7%, contribuindo com **R\$ 47,4 milhões**, principalmente por maiores contribuições de aplicações financeiras, dado ao aumento da remuneração (atrelada ao CDI) e um maior saldo aplicado entre os períodos, oriundo das captações de dívida realizadas ao longo do último trimestre de 2014.
- As **despesas financeiras**, pelos mesmos motivos (maior serviço da dívida em função das emissões e maiores taxas de juros), tiveram um **crescimento** de **40,6%**, ficando em **R\$ 169 milhões**. Adicionalmente, a variação na reversão de AVP (pela atualização do cronograma dos investimentos previamente provisionados), também influenciou o resultado, uma vez que passou de uma despesa de R\$ 6,8 milhões no 4T14, para R\$ 20,3 milhões no 1T15.

Lucro Líquido

A **revisão do critério contábil** que alterou a forma de amortização dos ativos intangíveis da Companhia e um **pior resultado financeiro** foram os **responsáveis** pela **queda** de **43,8%** no **lucro líquido** da Companhia em relação ao 1T14, totalizando **R\$ 56,7 milhões**.

Quanto à mudança contábil, conforme já mencionado anteriormente, esta foi responsável pelo aumento de 59,6% nas depreciações e amortizações entre os períodos, ao alterar a metodologia de depreciação do método de curva de tráfego, para o método linear.

Já o resultado financeiro, principalmente em função do aumento da alavancagem da Companhia e da alta dos juros, registrou uma variação de 45,3% em relação ao 1T14, prejudicando assim o lucro total do grupo.

Dividendos

Conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 08 de abril de 2015, a Arteris distribuirá aos seus acionistas no dia 29 de maio de 2015, **dividendos** no montante total de **R\$ 27 milhões** (R\$ 0,07846912897295 por ação) referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Este montante representa um *pay-out* de 25% sobre o lucro líquido ajustado, quando somado aos dividendos intermediários no valor de R\$ 79,2 milhões já distribuídos em 28 de novembro de 2014, também referente ao exercício de 2014.

Endividamento

Em 31 de março de 2015, a **dívida líquida** da Companhia totalizou **R\$ 4,7 bilhões**, com **aumento de 6,3%** ou R\$ 275,1 milhões em relação a 31 de Dezembro de 2014.

Endividamento (Em milhares de reais)	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
Dívida Bruta	5.855.332	6.052.505	4.632.406	-3,3%	26,4%
Curto Prazo	1.106.676	1.078.249	404.529	2,6%	173,6%
Longo Prazo	4.748.656	4.974.256	4.227.877	-4,5%	12,3%
Posição de Caixa	1.197.380	1.669.688	1.374.081	-28,3%	-12,9%
Caixa e equivalentes de caixa	1.094.166	1.410.451	1.283.907	-22,4%	-14,8%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	103.214	259.237	90.174	-60,2%	14,5%
Dívida Líquida	4.657.952	4.382.817	3.258.325	6,3%	43,0%

¹ Curto e longo prazos

Este aumento, em relação ao trimestre anterior, está associado principalmente à:

- **Redução de R\$ 197,2 milhões do endividamento bruto**, relacionado às seguintes movimentações:
 - Desembolsos de empréstimos de longo prazo junto ao BNDES, no total de R\$ 66,7 milhões;
 - Amortização de R\$ 42,6 milhões referentes a financiamentos BNDES;
 - Juros pagos referentes às debêntures e ao financiamento BNDES no valor de R\$ 154,6 milhões
 - Amortização de R\$ 191,3 milhões de debêntures
 - R\$ 124,6 milhões relativos a juros acruados nas operações de financiamento da Companhia

- **Redução de R\$ 472,3 milhões na posição de caixa** (caixa e equivalentes de caixa + aplicações financeiras vinculadas), em função da destinação de recursos para o plano de obras da Companhia e à amortização de financiamentos durante o período.

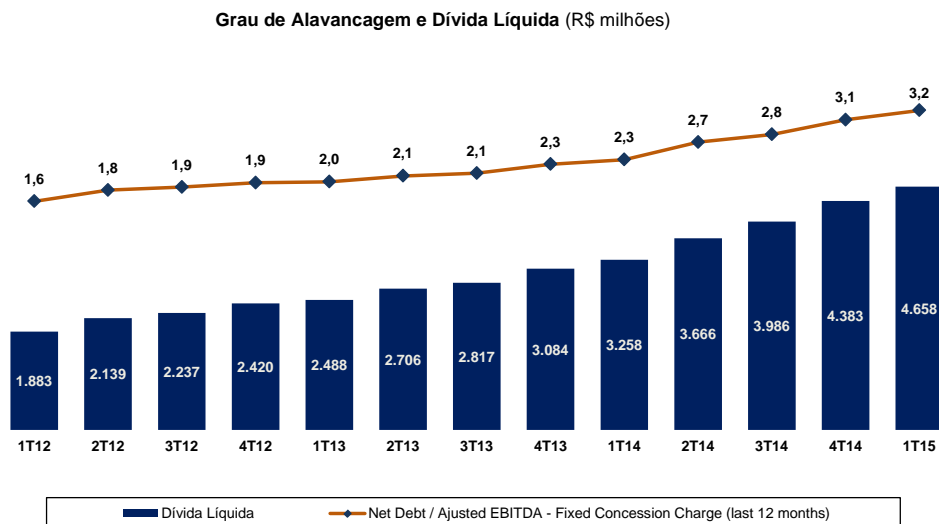
Empréstimos BNDES: A Arteris conta com recursos de longo prazo, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar os programas de investimento das concessões federais da Companhia. Desta forma, **todas as 5 concessionárias federais contam com linhas de financiamento** de longo prazo aprovadas, **garantindo** os recursos necessários para a **implantação das principais obras** contratuais.

Até 31 de março de 2015 foram **desembolsados** aproximadamente **R\$ 3,2 bilhões** referentes a empréstimos do BNDES, restando, portanto, um **saldo** a utilizar de **R\$ 465 milhões**.

BNDES (R\$ Mil)			
31/03/2015			
Concessionárias	Total Contratado	Total Tomado	Saldo Disponível
Total	3.694.549	3.229.092	465.457
Planalto Sul	331.344	331.344	-
Fluminense	780.819	654.799	126.020
Fernão Dias	702.754	702.754	-
Régis Bittencourt	1.069.495	979.508	89.987
Litoral Sul	810.137	560.687	249.450

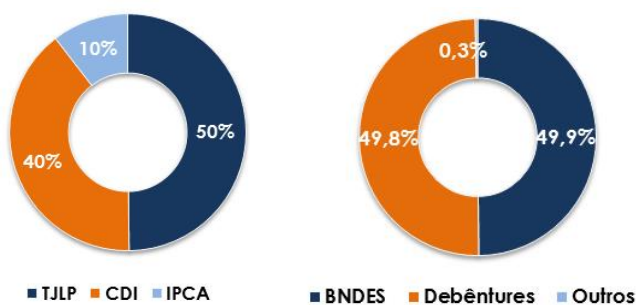
A seguir maiores detalhes sobre as características do endividamento da Companhia:

A dívida líquida no final do 1T15 representou 3,2 vezes o EBITDA Ajustado gerado menos o pagamento do ônus fixo nos últimos 12 meses, representando um ligeiro aumento do nível de alavancagem da Companhia em comparação ao patamar registrado no trimestre anterior que havia sido de 3,1 vezes.



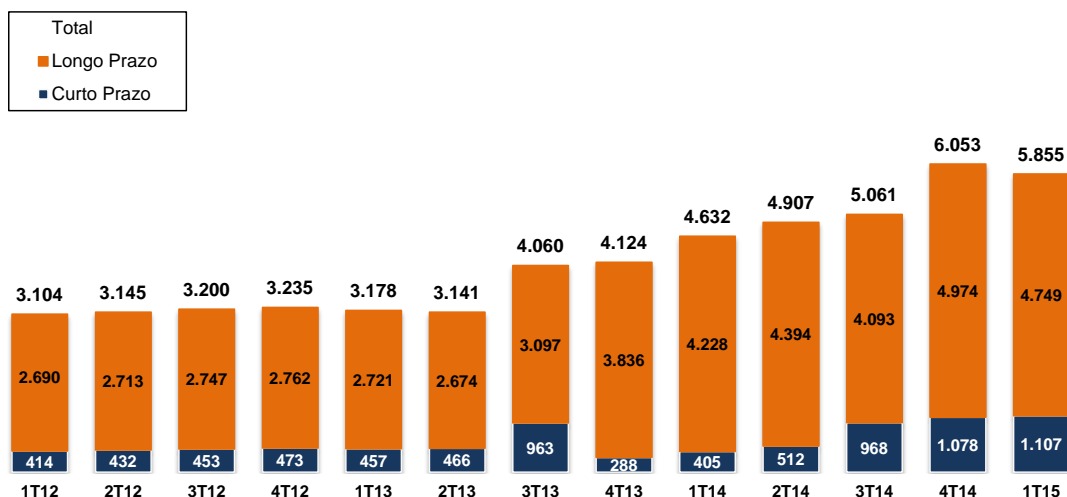
Ao final do 1T15, a dívida bruta consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures) totalizava R\$ 5,8 bilhões, sendo que deste montante 49,8% correspondia a contratos indexados pela TJLP, 39,7% correspondia a contratos atrelados ao CDI e 10,5% a contratos atrelados ao IPCA.

Perfil da Dívida Bruta (%)

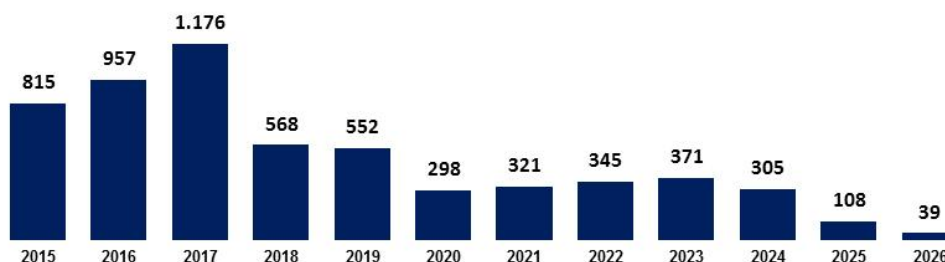


Endividamento Bruto (Em milhares de reais)	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
Indexador					
TJLP	2.919.290	2.896.815	2.395.984	0,8%	21,8%
CDI	2.326.989	2.456.917	1.811.642	-5,3%	28,4%
IPCA	612.658	706.447	432.868	-13,3%	41,5%
Outros	3.207	3.206	24	0,0%	13262,5%
<i>Custos e encargos antecipados</i>	(6.812)	(10.879)	(8.113)	-37,4%	-16,0%
Total	5.855.332	6.052.505	4.632.405	-3,3%	26,4%

Evolução do Endividamento Bruto (R\$ milhões)



Cronograma da Amortização da Dívida Bruta (R\$ milhões)



Ônus Fixo pago ao Poder Concedente (Concessionárias Estaduais)

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao Poder Concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No 1T15, o montante pago foi correspondente a R\$ 18,6 milhões.

Ônus Fixo Pago - Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
Total	(18.567)	(18.568)	(17.219)	0,0%	7,8%
Autovias	(1.955)	(1.956)	(1.813)	-0,1%	7,8%
Centrovias	(2.925)	(2.925)	(2.713)	0,0%	7,8%
Intervias	(1.820)	(1.820)	(1.688)	0,0%	7,8%
Vianorte	(11.867)	(11.867)	(11.005)	0,0%	7,8%

A variação do valor pago pelo ônus fixo na comparação entre os períodos (em média +7,8%) é devida ao reajuste anual das parcelas de acordo com a variação do IGP-M dos últimos 12 meses, que ocorre na mesma data do reajuste anual das tarifas das concessões estaduais.

Em 31 de março de 2015, o valor real e o número de parcelas mensais a serem pagas relacionadas ao ônus fixo estavam representados da seguinte forma:

Concessionárias	Valor Real (R\$ mil)			Parcelas Mensais
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
Autovias	8.399	19.369	27.768	41
Centrovias	12.371	25.979	38.350	38
Intervias	8.030	28.606	36.636	58
Vianorte	48.750	93.236	141.986	35
Total	77.550	167.190	244.740	

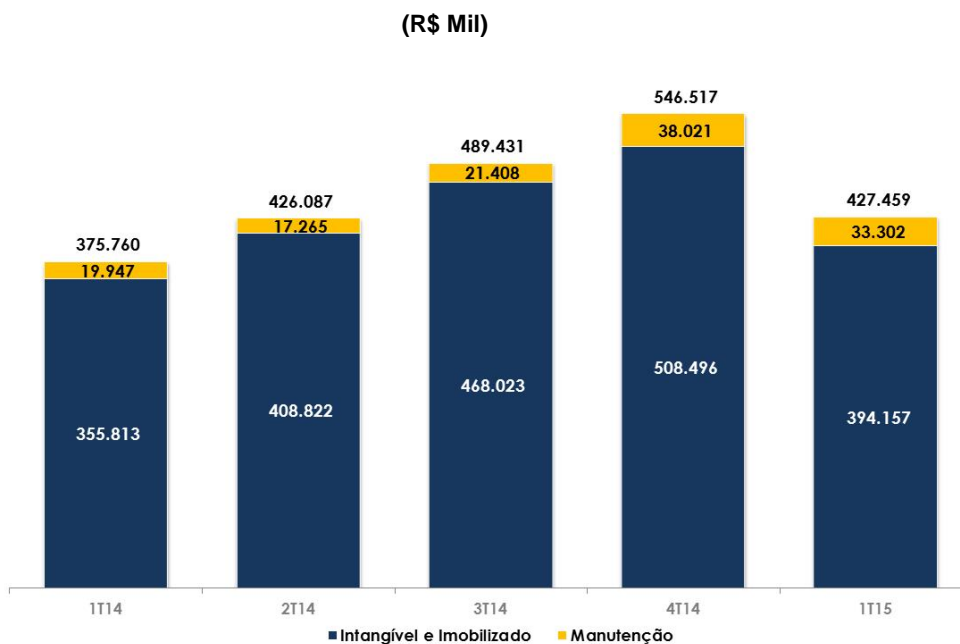
Investimentos e Manutenção de Rodovias

A Arteris iniciou o ano com **investimentos** totais de **R\$ 427,5 milhões** neste 1T15, o que inclui os valores direcionados para obras de infraestrutura em todas as rodovias (principalmente nas concessões federais), além de manutenção de pavimento realizada nas estradas estaduais.

Investimentos Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	1T15		
	Antes do IFRS (A + B)	IFRS	
		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)
Autovias	14.929	9.089	5.840
Centrovias	18.096	1.454	16.642
Intervias	19.282	13.562	5.720
Vianorte	8.255	3.155	5.100
Estaduais	60.562	27.260	33.302
Planalto Sul	41.507	41.507	0
Fluminense	73.202	73.202	0
Fernão Dias	65.400	65.400	0
Régis Bittencourt	96.597	96.597	0
Litoral Sul	87.796	87.796	0
Federais	364.502	364.502	0
Total	425.064	391.762	33.302
<i>Outros invest. e ajustes de consolidação</i>	2.395	2.395	0
Total	427.459	394.157	33.302

Até o final do prazo contratual de todas as concessões, a previsão do **total remanescente de investimentos**, incluindo os montantes relacionados à manutenção é de aproximadamente **R\$ 7,7 bilhões**, já incluindo todos os aditivos assinados pela Companhia até o final de 2014.

Segue total de investimentos da Companhia nos últimos trimestres:



Avenida do Contorno
(Autopista Fluminense)



Duplicação BR101-RJ / Macaé – Campos
(Autopista Fluminense)

As obras mais relevantes do primeiro trimestre de 2015, para as quais os investimentos da Companhia foram destinados, são as seguintes:

Autopista Fluminense

Ao longo do exercício, a Concessionária manteve o intenso ritmo de obras de duplicação da Rodovia BR 101/RJ entre os municípios de Rio Bonito e Campos dos Goytacazes, iniciadas no 3T11 após a obtenção da licença de instalação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A obra contempla 176,6 quilômetros da rodovia, dos quais 39,6 quilômetros foram concluídos até o 1T15. Dos 137 quilômetros restantes, 79,4 quilômetros estão em obras. Durante o trimestre, foram construídas ao longo da rodovia duas passarelas.

Adicionalmente, a Companhia vem executando, desde outubro de 2012, as obras da Avenida do Contorno no município de Niterói, o que trará importantes melhorias para este trecho da rodovia com a ampliação da capacidade viária. No 1T15, dos 2,4 quilômetros, estão em operação 1,2 quilômetros.



Contorno de Betim
(Autopista Fernão Dias)

Autopista Fernão Dias

Após ter concluído em 2013 a implantação do Contorno de Betim (MG), trecho de 8,1 quilômetros, possibilitando a criação de uma alternativa para o tráfego rodoviário de longa distância que trafegava pelo município, a concessionária, cumpriu o cronograma de suas principais obras contratuais.

Porém outras melhorias vêm sendo executadas na rodovia. No 1T15, a Autopista Fernão Dias concluiu a construção de 2,6 quilômetros de ruas laterais e 6 quilômetros de 3ª faixas ao longo da rodovia.



Duplicação da Serra do Cafezal
(Autopista Régis Bittencourt)

Autopista Régis Bittencourt

O projeto da Serra do Cafezal (BR-116/SP), principal obra da concessionária, segue em pleno andamento na execução de suas obras. A companhia já concluiu e liberou ao tráfego 17,9 quilômetros da duplicação, de um total de 30,5 quilômetros do projeto, incluindo 2 trevos em desnível. A ANTT aprovou em dezembro de 2014 o reequilíbrio necessário para a continuidade das obras, contemplando a construção de 4 túneis (4 em andamento) e 33 pontes e viadutos (11 concluídos e 11 em andamento).

Durante o primeiro trimestre de 2015, foi construído 1 trevo em desnível e 10,4 quilômetros de ruas laterais.



Duplicação da BR-116/PR
(Autopista Planalto Sul)

Autopista Planalto Sul

A Concessionária tem como principal obra a duplicação de 25,0 quilômetros da BR-116/PR entre Curitiba (PR) e Mandirituba (PR), que já possui a licença de instalação concedida pelo IBAMA. Deste total, 7,3 km já estão concluídos e liberados ao tráfego, entre Curitiba (PR) e Fazenda Rio Grande (PR) e o restante encontra-se em obras até o município de Mandirituba (PR).

Durante o trimestre, foi concluída uma passagem inferior em desnível no km128,6.



Contorno de Florianópolis (Autopista Litoral Sul)

Autopista Litoral Sul

O Contorno de Florianópolis, uma das mais importantes obras para a região, foi iniciado em maio de 2014, logo após a emissão da Licença de Instalação pelo IBAMA para um trecho de 50 quilômetros.

No 1T15, a Concessionária concluiu a construção de 2,0 quilômetros de ruas laterais, 1 passarela e uma passagem superior em desnível no km 169,7.



Dispositivo de acesso a Ribeirão Preto
(Autovias e Vianorte)

Autovias e Vianorte

A Companhia concluiu em dezembro de 2014, através de suas controladas Autovias e Vianorte, as obras de remodelação do dispositivo do acesso principal à cidade de Ribeirão Preto (Trevo Waldo Adalberto da Silveira), no km 307+500 da SP 330 – Rodovia Anhanguera – Entroncamento das SP 333, SP 255 e Avenida Castelo Branco (SPA 307/330). Este empreendimento trouxe o aumento da segurança dos usuários da Rodovia Anhanguera, organizando o tráfego de veículos rodoviários e urbanos na região, também criando vias de acessos a pedestres através de passarelas. A obra foi aditivada ao contrato de concessão e


Contorno de Mogi Mirim (Intervias)

contemplou a construção de 8 viadutos, 20 alças de acesso e retorno e uma passarela de 440 metros, beneficiando mais de 1,5 milhão de pessoas.

Ainda na Autovias, foi iniciada em setembro de 2014, a duplicação de 13,6 quilômetros da SP 318, entre os quilômetros 235 e 249, na região de São Carlos. Trata-se de uma nova obra, que foi incluída no contrato de concessão, permitindo a extensão do prazo da concessionária em 6 meses, até maio de 2019, de acordo com a metodologia do fluxo de caixa marginal para o reequilíbrio econômico e financeiro do contrato.

Intervias

Está em andamento em ritmo acelerado a implantação da segunda etapa do contorno viário de Mogi Mirim (5 quilômetros). Adicionalmente, a concessionária está executando a duplicação da SP 147, entre Mogi Mirim e Engenheiro Coelho, obra iniciada em setembro de 2014.

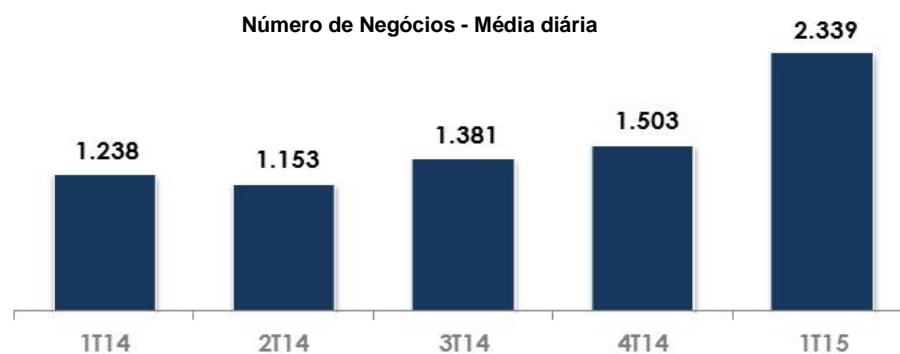
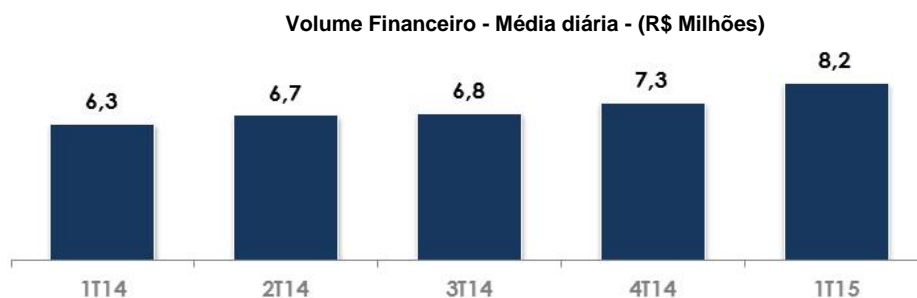
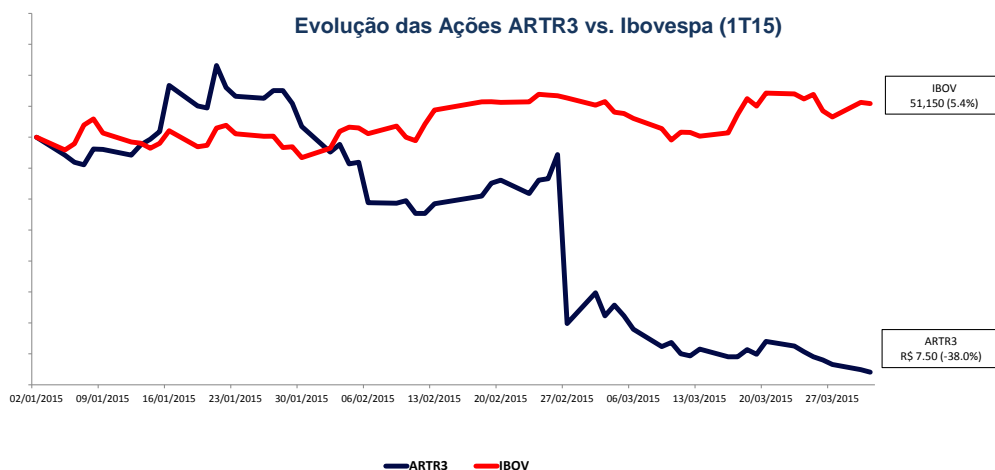
Quadro de Pessoal

A Arteris conta com **6.157 profissionais** em seu quadro de pessoal, dos quais **45,8%** estão alocados nas **concessionárias federais**, **22,1%** nas **estaduais**, **29,6%** nas **construtoras** do grupo e o restante, ou **2,5%** em sua **holding**, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Quadro de Pessoal	1T15	4T14	1T14	Var. 1T15/4T14	Var. 1T15/1T14
Arteris (Holding)	154	149	131	5	23
<i>Concessionárias Estaduais</i>	1.360	1.356	1.307	4	53
Autovias	310	302	205	8	105
Centrovias	280	283	317	(3)	(37)
Intervias	520	519	525	1	(5)
Vianorte	250	252	260	(2)	(10)
<i>Concessionárias Federais</i>	2.818	2.804	2.734	14	84
Litoral Sul	613	595	574	18	39
Planalto Sul	268	264	272	4	(4)
Fluminense	451	438	412	13	39
Fernão Dias	867	874	845	(7)	22
Régis Bittencourt	619	633	631	(14)	(12)
Latina Manutenção	1.655	2.017	2.416	(362)	(761)
Latina Sinalização	170	173	173	(3)	(3)
Total	6.157	6.499	6.761	(342)	(604)

Mercado de Capitais

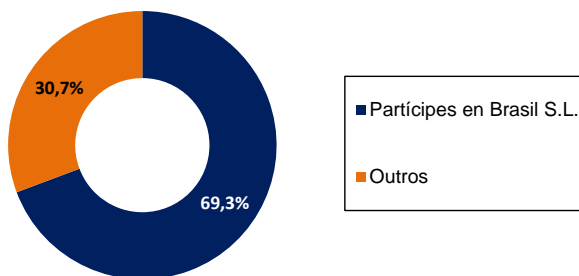
O **valor de mercado** da Arteris ao final de **1T15** totalizou **R\$ 2,6 bilhões**, tendo como base a cotação de fechamento de R\$ 7,50 por ação em 31/03/15. Esse preço corresponde a uma **desvalorização** de **38,0%** desde o início do ano. No mesmo período, o **Índice Ibovespa** apresentou **valorização** de **5,4%**. Negociadas sob o código **ARTR3**, as ações da Companhia marcaram presença em 100% dos pregões realizados na BM&FBOVESPA e **movimentaram** cerca de **R\$ 494,4 milhões** no trimestre.



Média Diária	1T15	4T14	1T14	Var% 1T14/4T14	Var% 1T15/1T14
Nº de Negócios	2.339	1.503	1.238	55,6%	88,9%
Nº de Ações Negociadas	806.892	521.674	358.202	54,7%	125,3%
Volume Financeiro (R\$ Milhões)	8,2	7,3	6,3	12,3%	30,2%

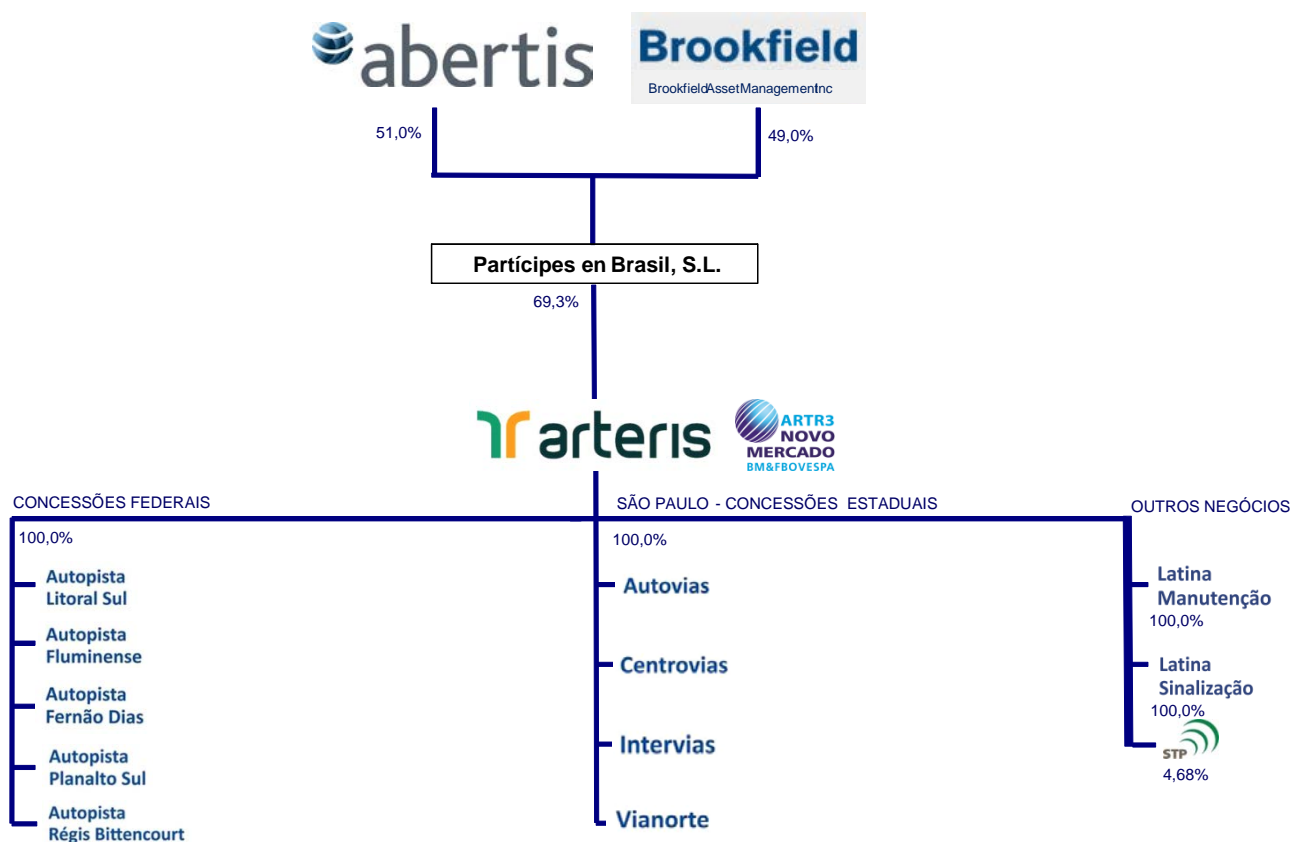
Composição Acionária

O capital social subscrito e integralizado da Companhia era de aproximadamente R\$ 873,8 milhões em 31 de março de 2015, representado por uma única classe de 344.444.440 ações ordinárias.



Data Base: 31/03/2015

Estrutura Societária



Carteira de Ativos da Concessão

Abaixo apresentamos as principais informações acerca da carteira de concessões:

Concessionárias	Km	Praças de Pedágio	Prazo Final do Pagto. do Ônus Fixo	Prazo Final da Concessão	Indexador do Contrato
Estaduais					
Autovias	316.6	5	Ago-18	Mai-19	IGP-M
Centrovias	218.2	5	Jun-18	Jun-19	IGP-M
Intervias	375.7	9	Fev-20	Jan-28	IGP-M
Vianorte	236.6	4	Mar-18	Mar-18	IGP-M
Federais					
Planalto Sul	412.7	5	n.a.	Fev-33	IPCA
Fluminense	320.1	5	n.a.	Fev-33	IPCA
Fernão Dias	562.1	8	n.a.	Fev-33	IPCA
Régis Bittencourt	401.6	6	n.a.	Fev-33	IPCA
Litoral Sul	405.9	5	n.a.	Fev-33	IPCA

Informações divulgadas pela Abertis

As informações financeiras e operacionais trimestrais divulgadas pela Abertis referentes à Arteris, não são necessariamente idênticas aos resultados reportados pela Companhia, uma vez que a regras do IFRS no Brasil apresentam algumas diferenças com os critérios de IFRS reportados pela Abertis. A Abertis também inclui em seus resultados determinados impactos relacionados ao tratamento contábil da transação de compra da Participes em Brasil S.L., sociedade controladora de 69,3% da Arteris.

A seguir apresentamos a evolução de tráfego das concessionárias da Companhia medida pelo IMD (Intensidade Média Diária), conceito habitualmente utilizado pela Abertis para medir o desempenho de tráfego. O IMD representa o volume médio diário de tráfego da concessionária, em veículos absolutos, e é calculado pela média diária de veículos em cada praça de pedágio, ponderada pela quilometragem da rodovia.

IMD	1T15	1T14	Var%
Estaduais	12.317	12.603	-2,3%
Autovias	11.856	12.006	-1,3%
Centrovias	14.593	14.933	-2,3%
Intervias	10.033	10.289	-2,5%
Vianorte	14.505	14.929	-2,8%
Federais	22.506	22.507	0,0%
Planalto Sul	6.900	7.109	-2,9%
Fluminense	17.315	17.510	-1,1%
Fernão Dias	25.292	25.652	-1,4%
Régis Bittencourt	22.647	23.152	-2,2%
Litoral Sul	38.414	37.109	3,5%
Total	18.896	19.011	-0,6%

Perfil Corporativo

A Arteris é a companhia do setor de concessões rodoviárias do Brasil com a maior extensão de quilômetros administrados. São 3.250 quilômetros sob gestão de suas nove concessionárias nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina: Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte, Autopista Fernão Dias, Autopista Fluminense, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul e Autopista Régis Bittencourt. A Arteris é uma empresa de capital aberto, com ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBovespa. É controlada pela Abertis e pela Brookfield Motorways. Saiba mais: ri.arteris.com.br

Este comunicado contém considerações futuras referentes a perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e de crescimento da Arteris. Essas são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da Arteris em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios da Companhia. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

ANEXO 1

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
(Em milhares de reais)			
ATIVO	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	1.094.166	1.410.451	1.283.907
Contas a receber	141.204	154.062	115.198
Estoques	8.572	9.950	9.662
Despesas antecipadas	14.052	15.358	8.421
Impostos a recuperar	53.915	47.482	22.226
Aplicações financeiras vinculadas	13.043	174.377	22.713
Outros créditos	4.037	6.806	5.051
Total do ativo circulante	1.329.203	1.818.486	1.467.178
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	90.171	84.860	67.461
Cauções contratuais	68	68	342
Despesas antecipadas	33	3	17
Imposto de renda e contribuição social diferidos	189.449	183.906	178.057
Depósitos judiciais	87.476	54.103	20.510
Outras contas a receber	8.434	235	235
Investimentos	1.053	1.052	1.053
Imobilizado	61.824	61.486	41.169
Intangível	7.649.394	7.395.629	6.225.224
Total do ativo não circulante	8.087.902	7.781.342	6.549.204
TOTAL DO ATIVO	9.417.105	9.599.828	8.016.382
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	209.593	198.865	152.477
Debêntures	897.083	879.384	252.052
Fornecedores	127.107	142.868	129.648
Obrigações sociais	70.234	76.815	86.823
Obrigações fiscais	58.188	72.748	79.831
Contar a pagar - partes relacionadas	152	152	155
Cauções contratuais	64.392	61.764	45.914
Dividendos propostos	27.029	27.028	22.183
Credores pela concessão	74.725	74.452	71.485
Provisão para manutenção em rodovias	130.311	95.258	84.444
Provisão para investimentos em rodovias	71.062	98.280	82.126
Adiantamento seguros	6.861	18.347	39.266
Outras contas a pagar	13.540	11.855	11.024
Total do circulante	1.753.731	1.757.816	1.057.428
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	2.730.347	2.716.797	2.246.829
Debêntures	2.018.309	2.257.459	1.981.048
Credores pela concessão	150.192	163.048	207.137
Receita diferida	115	461	107
Imposto de renda e contribuição social diferidos	85.828	90.294	79.623
Provisão para manutenção em rodovias	425.618	443.244	418.140
Provisão para investimentos em rodovias	50.370	26.120	30.556
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	15.446	15.198	13.035
Outras contas a pagar	1.640	614	2.048
Total do exigível a longo prazo	5.477.865	5.713.235	4.978.523
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	873.822	873.822	772.417
Reserva legal	123.793	124.268	101.425
Reserva de lucros	1.210.165	1.152.958	1.128.860
Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial	(22.271)	(22.271)	(22.271)
Total do patrimônio líquido	2.185.509	2.128.777	1.980.431
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.417.105	9.599.828	8.016.382

ANEXO 2

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS					
(Em milhares de reais)					
	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
RECETA OPERACIONAL BRUTA	974.041	1.126.059	966.719	-13,5%	0,8%
Receitas de pedágio	599.007	639.226	575.235	-6,3%	4,1%
Estaduais	333.985	370.307	333.330	-9,8%	0,2%
Autovias	81.392	89.118	80.621	-8,7%	1,0%
Centrovias	86.970	98.103	87.179	-11,3%	-0,2%
Intervias	90.839	99.796	91.138	-9,0%	-0,3%
Vianorte	74.784	83.290	74.392	-10,2%	0,5%
Federais	265.022	268.919	241.905	-1,4%	9,6%
Planalto Sul	28.283	29.056	27.545	-2,7%	2,7%
Fluminense	44.646	44.133	38.136	1,2%	17,1%
Fernão Dias	61.539	64.219	60.236	-4,2%	2,2%
Régis Bittencourt	70.803	69.594	66.322	1,7%	6,8%
Litoral Sul	59.751	61.917	49.666	-3,5%	20,3%
Outras receitas	21.993	9.753	13.793	125,5%	59,5%
Receitas de obras	353.041	477.080	377.691	-26,0%	-6,5%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(55.112)	(56.965)	(61.659)	-3,3%	-10,6%
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	918.929	1.069.094	905.060	-14,0%	1,5%
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(656.711)	(764.960)	(620.432)	-14,2%	5,8%
LUCRO BRUTO	262.218	304.134	284.628	-13,8%	-7,9%
DESPESAS (RECETAS) OPERACIONAIS	(47.475)	(47.970)	(46.054)	-1,0%	3,1%
Gerais e administrativas	(42.055)	(42.306)	(45.711)	-0,6%	-8,0%
Remuneração da administração	(5.671)	(6.440)	(5.251)	-11,9%	8,0%
Despesas tributárias	(854)	(1.120)	(1.008)	-23,8%	-15,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.105	1.896	5.916	-41,7%	-81,3%
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(121.720)	(79.692)	(83.752)	52,7%	45,3%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	93.023	176.472	154.822	-47,3%	-39,9%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(36.291)	(58.873)	(53.964)	-38,4%	-32,7%
Corrente	(46.302)	(41.248)	(56.616)	12,3%	-18,2%
Diferido	10.011	(17.625)	2.652	-156,8%	277,5%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	56.732	117.599	100.858	-51,8%	-43,8%

ANEXO 3

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO		
(Em milhares de reais)		
	31/03/2015	31/03/2014
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO	56.732	100.858
Ajustes para conciliar lucro líquido com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	124.126	77.773
Baixas de ativos imobilizados	13.008	665
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.011)	(2.652)
Variação monetária e juros sobre credores da concessão	6.037	9.128
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(5.319)	(3.434)
Juros e variações monetárias de empréstimos	31.812	23.649
Juros e variações monetárias de debêntures	104.964	54.783
Despesas financeira AVP	16.602	9.462
Constituição (reversão) de provisão p/ riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	1.215	1.739
Constituição (reversão) de provisão p/ manutenção	18.397	22.233
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	12.858	11.511
Contas a receber - partes relacionadas	0	(3)
Estoques	1.378	(2.000)
Despesas antecipadas	1.276	1.995
Impostos a recuperar	(5.339)	(3.343)
Outros créditos	2.769	640
Cauções contratuais	0	(11)
Depósitos judiciais	(21.117)	(138)
Outras contas a receber	(8.199)	(18)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	13.709	(14.997)
Fornecedores - partes relacionadas	0	0
Cauções contratuais	833	(81)
Obrigações sociais	(6.581)	6.924
Obrigações fiscais	34.394	49.395
Imposto de renda e contribuição social pagos	(56.763)	(52.460)
Receita diferida	(346)	(320)
Adiantamentos para seguros	5.871	(472)
Outras contas a pagar	1.537	865
Credores pela concessão	(53)	(126)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(966)	(491)
Pagamento de juros	(48.072)	(40.411)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	284.752	250.610
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de itens do ativo imobilizado	(4.698)	(5.202)
Adições ao intangível	(422.761)	(350.611)
Aplicações financeiras vinculadas	(35.914)	(45.272)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	196.163	69.191
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(267.211)	(331.894)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos	66.675	139.733
Emissão de Debêntures	0	550.722
Pagamento de juros e principal	(381.934)	(237.956)
Pagamento de credores pela concessão	(18.567)	(17.219)
Pagamento de dividendos	0	0
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(333.826)	435.280
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(316.285)	353.996
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	1.410.451	929.911
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	1.094.166	1.283.907

GLOSSÁRIO

Ajuste a Valor Presente (AVP): Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Complementarmente a esse processo, a CVM, por meio da Instrução nº 469, de 2 de maio de 2008, orientou as companhias abertas a respeito da divulgação e do registro contábil de determinadas alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Entre as principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, que impactam as informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, está a obrigatoriedade da avaliação de ativos e passivos relevantes de longo prazo, tais como "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente", ao valor presente (Ajuste ao Valor Presente). Anteriormente a Companhia registrava o "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" pelo valor nominal.

Os efeitos dos ajustes ao valor presente ocorridos até 31/12/2007 das rubricas "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" foram contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia em 2008. A partir de 01/01/2008 os efeitos dos ajustes ao valor presente passaram a ser contabilizados diretamente nos resultados trimestrais.

Atualização Monetária do Ônus Fixo: Os contratos de concessão entre as Concessionárias Estaduais e o Poder Concedente estabelecem o reajuste pelo IGP-M dos pagamentos mensais do ônus fixo, com vencimento a partir do décimo segundo mês a contar de cada 1º de julho, data na qual também se reajusta pelo mesmo índice a tarifa dos pedágios.

Concessionárias Estaduais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pelas vencedoras das Licitações, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a manutenção, conservação e operação de Concessão de Rodovias Estaduais e que tem como agência reguladora a ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo). A Arteris administra atualmente 4 Concessionárias Estaduais em São Paulo (Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte).

Concessionárias Federais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pela vencedora da Licitação, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a exploração da Concessão de Rodovias Federais e que tem como agência reguladora a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). A Arteris administra atualmente 5 concessionárias Federais no Brasil (Autopista Planalto Sul, Autopista Fluminense, Autopista Fernão Dias, Autopista Régis Bittencourt e Autopista Litoral Sul).

Custos com o Poder Concedente: São pagamentos pré definidos nos contratos de concessão. Esses custos são compostos por: despesas com o 'Ônus Variável' relativos as concessionárias estaduais, que correspondem a 3% da Receita Bruta nas Concessionárias Autovias, Centrovias e Vianorte, e 3% da Receita de Pedágio acrescido de 25% da Receita Acessória; e por gastos com 'Verba de Fiscalização' e 'Desenvolvimento Tecnológico' nas concessionárias federais, que são reajustadas pelo IPCA anualmente.

EBITDA e Margem EBITDA: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

Para o cálculo da margem EBITDA, a companhia leva em consideração a relação entre a receita operacional líquida excluindo as receitas de obras e o EBITDA.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada: EBITDA ajustado pelas reversões da provisão para manutenção de rodovias. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional. Para o cálculo da margem EBITDA ajustada, a companhia leva em consideração a relação entre a receita operacional líquida excluindo as receitas de obras e o EBITDA ajustado.

Grau de Alavancagem: A metodologia utilizada para determinar o grau de alavancagem leva em conta a relação Dívida Líquida (Dívida Bruta menos Disponibilidades e Caixa) dividido pelo EBITDA Ajustado pela reversão da provisão para manutenção, menos Pagamento do Ônus Fixo, constante no fluxo de caixa. Quanto menor for o grau de alavancagem maior poderá ser o montante de capital a ser financiado junto ao mercado de crédito.

Ônus Fixo: De acordo com os nossos contratos de concessão, as Concessionárias Estaduais devem pagar ao Poder Concedente um ônus fixo como contrapartida pela outorga da concessão. Estes contratos estabelecem também que o valor de tal ônus fixo deve ser pago em parcelas mensais ao longo do prazo de concessão. Optamos por contabilizar no nosso ativo o valor da outorga da concessão e no nosso passivo o total da dívida a pagar ao poder concedente pelo ônus fixo.

Pedágio por Meio Eletrônico/Sistema AVI: O sistema AVI é um sistema eletrônico de pagamento em uso nas rodovias pedagiadas. Os motoristas que aderem ao sistema AVI instalam um sensor eletrônico no para-brisa, que os identifica e reconhece a categoria de veículos que dirigem. Ao passar por uma pista com sistema AVI na praça de pedágio, antenas captam os sinais emitidos e os sensores registram a presença do veículo e calculam o valor total a ser pago, sem a necessidade de o motorista parar o veículo.

Poder Concedente: A União, o Estado, o Distrito Federal ou Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra, objeto de concessão ou permissão. (Lei Nº 8.987, de 1995 - Artigo 2 - CF. Artigo 1). O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas no contrato. O poder concedente conta com as agências reguladoras (ARTESP no estado de São Paulo e ANTT para o governo federal) para acompanhar e fiscalizar os serviços delegados de transportes e regular o programa de concessões rodoviárias.

Provisão para Manutenção: Estimativa dos desembolsos necessários para liquidar as obrigações presentes de manter a infraestrutura em níveis de operacionalidade definidos contratualmente considerando os desgastes derivados de seu uso. A Concessionária deverá constituir provisão com base em sua melhor estimativa dos desembolsos necessários para manter um determinado nível de serviço ou recuperar a infraestrutura dos níveis de operacionalidade antes de entregar ao poder concedente no fim do período de vigência da concessão, conforme definido contratualmente.

Reajuste de Tarifas: Conforme estabelecido nos contratos de concessão do Estado de São Paulo, as tarifas de pedágio são reajustadas sempre no mês de julho com base na variação de 12 meses do IGP-M ocorrida até 31 de maio. A partir do reajuste a ser realizado no dia 1 de julho de 2013 o IGP-M será substituído pelo IPCA como base de reajuste. Os desequilíbrios econômico-financeiros provenientes da alteração do indexador serão avaliados bianualmente e reequilibrados com o tempo de contrato. Já os reajustes nas tarifas das concessões federais ocorrerão com base na variação do IPCA, calculado pelo IBGE, entre o mês anterior a data de referência na apresentação da proposta de tarifa, ou seja, junho de 2007, e o mês anterior à data de início de cobrança de pedágios. Após esse primeiro reajuste, os demais ocorrerão anualmente também pelo IPCA acumulado nos últimos 12 meses a contar do último reajuste.

Receitas e Custos de Construção: São uma representação contábil, não caixa, advindas das novas regras trazidas pelo IFRS, que buscam traduzir o montante de investimento da Companhia em seu intangível. O valor registrado como receita de obra é exatamente o mesmo registrado como custo de obras, ou seja, seus efeitos não alteram a composição dos resultados da Companhia.

Veículos-Equivalentes: A unidade veículo-equivalente é usada como base para cobrança das tarifas de pedágio. Um automóvel de passeio é considerado um veículo-equivalente e um veículo comercial (caminhão ou ônibus) é computado pelo número de eixos possuído, sendo cada um deles contado como um veículo de passeio. Um veículo de passeio equivale a um eixo de veículo comercial.